

Teoria

A pressão da demanda por alimentos: Malthus tinha razão?

Evaristo Marzabal Neves*

ACERVO UNICA



Silo de açúcar, local de estocagem e conservação do produto

Nesta altura, quem há de se lembrar de Malthus? Recordo-me que em sala de aula, no ginásio ou colegial, um professor buscava explicar que esse economista inglês (Thomas Robert Malthus, 1766/1834) estabeleceu uma doutrina em que defendia a restrição e o controle da reprodução da espécie humana por motivos de ordem econômica. Como teoria econômica, apoiava-se no fundamento de que “existe um determinado nível da população que garante a renda *per capita* máxima, de sorte que qualquer aumento ou queda no número de habitantes reduz a eficiência econômica do país”. Associando população e alimentos, ele explicava que, enquanto pelo lado da demanda o crescimento populacional e urbano se faria geometricamente, pelo lado da oferta os alimentos cresceriam de forma aritmética, quando muito. E, por aí foi, predizendo que “o controle externo da superpopulação vem com a fome ditada pela escassez de alimento disponível no ambiente e o surgimento de predadores como guerras, epidemias e miséria” (Pinazza, 2007).

Após o impacto de seu livro *Essay on population*, de 1798, foi caindo por terra a preocupação de Malthus, pois, segundo os antimalthusianistas, o economista inglês, restrito ao seu mundo europeu, não previu, anos à frente, a disponibilidade de terras e de águas advindas de outros continentes emergentes, assim como os avanços e inovações tecnológicas, as investigações e as experimentações das pesquisas em ciências agrárias, além de outros eventos ligados à produção de alimentos que minimizaram os efeitos previstos em sua doutrina.

Neste momento em que os alimentos passam a ser uma preocupação mundial, em função de pressão que exercem sobre os índices inflacionários, o malthusianismo volta a se tornar assunto para alguns analistas do agronegócio. Nos dias de hoje, atribui-se a pressão dos alimentos sobre os índices inflacionários (verificada em muitos países da

União Européia, Estados Unidos, China e outros) a diversos fatores ligados à demanda, entre os quais o crescimento populacional, o aumento da renda, o desenvolvimento de países emergentes e densamente povoados, como China e Índia (países com mais de 1,1 bilhão de pessoas), além de mudanças climáticas e uso de produtos agrícolas (grãos, cereais etc.) para fins não-alimentícios (bioenergia etc.), entre outros. Para muitos economistas, está ocorrendo um “choque de demanda”.

O ano de 2007 foi marcado pelo alto patamar dos preços das *commodities* da agricultura e seus efeitos sobre os índices inflacionários. Assim, foi sentido na zona do euro (inflação de 3,1%, com os alimentos subindo 3,8%, taxa mais elevada desde fevereiro de 2002), nos Estados Unidos (a taxa anualizada da inflação atingiu 4,3%, puxada pelos preços dos alimentos, que cresceram 4,9%), no Reino Unido (a inflação anualizada nos preços dos alimentos chegou em 5,1%), na China e na maioria dos países do mundo.

O Brasil não ficou imune: o conhecido Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), medido pela Fundação Getúlio Vargas, anunciou uma inflação acumulada, em 2007, de 7,89% que, decomposto em seus indicadores, como o Índice de Preços no Atacado (IPA) – peso 6 – registrou um crescimento de 9,44%, puxado pelo IPA-Agro, com alta de 24,82% (considerado o vilão da inflação), enquanto o IPA-Industrial subiu 4,42%; por sua vez, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) – peso 3 – cresceu 4,60% e o Índice de Preços da Construção Civil (IPCC) elevou-se em 6,15%. Em 2007, os produtos agrícolas representaram 40% da inflação, sendo que, dos nove itens que mais influenciaram a alta dos preços no atacado, sete foram de produtos alimentícios, entre eles a soja, o milho, o feijão e os produtos pecuários.

Para muitos economistas, o que ocorreu em 2007 foi um “choque de demanda”

e não apenas um problema de oferta. Para o Brasil, Bouças (2008), apoiado em estudo realizado pelo Departamento de Agronegócio da Federação de Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e com dados obtidos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e Safras & Mercados, relata que o choque de demanda foi observado em carne bovina (que subiu 22,15%), carne de frango (16,17%), ovos (26,05%), leite (19,79%) e feijão carioca (144,4%), sendo que foi superior a 70% a contribuição desses alimentos para o grupo alimentação e bebidas no Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), que variou 10,79% acima da inflação geral, de 4,46%.

São listadas, entre outras, como principais causas: o aumento de 7% na renda e na geração de emprego, com o aumento de postos de trabalho, levando a um crescimento na demanda das classes mais baixas, principalmente por produtos mais baratos, como leite, frango e feijão, e mesmo carne bovina. A expansão da demanda por carne bovina e feijão não foi atendida pelo mercado, por problemas de produção. A evolução de consumo de alimentos no Brasil (em milhões de toneladas) registrou crescimento relativo de 0,8% no arroz (de 13,0 milhões em 2006 para 13,1 milhões em 2007); de 1,5% no feijão (de 3,3 milhões para 3,4 milhões); de 9,2% no milho (de 37,1 milhões para 40,5 milhões); 0,6% no boi (de 16,1 milhões para 16,2 milhões); 9,8% no frango (de 9,4 milhões para 10,3 milhões); 9,1% na soja (de 30,4 milhões para 33,2 milhões); de 12,7% no óleo de soja (de 3,2 milhões para 3,6 milhões); e 10,4% no farelo de soja (de 9,8 milhões para 10,8 milhões); a soja, o milho e o farelo de soja, que compõem a cesta da inflação, são usados também como insumos para a produção de rações para aves e suínos.

Outros economistas atribuem o “choque de demanda” à corrida pela produção de etanol e biodiesel, que promove

o deslocamento dos grãos e cereais para fins não alimentícios, provocando sua escassez relativa, diante de um cenário de crescimento econômico de países demandantes por grandes quantidades de alimentos. São os casos, entre diversos países, da China, Índia e Rússia, que apresentaram Produto Interno Bruto (PIB) de 11,4%, 9,6% e 7,8%, em 2007, respectivamente. É o caso de um estudo da Bloomberg (2008), que acentua: “O plano dos Estados Unidos de substituir 15% do consumo de gasolina em biocombustíveis, incluindo o etanol, já está causando algumas consequências não previstas, que coincidem com o aumento dos custos de alimentos e fertilizantes.”

Cita que, de acordo com o USDA, “cerca de 33% do milho dos Estados Unidos serão usados para combustível, nos próximos dez anos, contra 11%, em 2002. O aumento na demanda pelo grão ajudou a impulsionar os preços dos alimentos em 4,9% em 2007, maior alta desde 1990, e reduzirá os

estoques mundiais de milho ao seu menor nível em 24 anos”. Seguindo, “a legislação de energia exige que os Estados Unidos usem 136,3 bilhões de litros de combustíveis renováveis até 2022, e cerca de 56,7 bilhões de litros poderão ter origem no etanol de milho, mais que duas vezes a capacidade de produção atual do país, de 30,5 bilhões de litros. Atualmente, a concorrência pelo milho está gerando custos mais altos para as empresas alimentícias, elevando os preços de tudo, do gado aos laticínios, dependentes fortemente de ração de origem vegetal, entre os produtos o milho”.

Para atender a essa legislação de energia, os agricultores americanos precisarão ampliar o plantio de milho para etanol em 43%, ou seja, para 12 milhões de hectares até 2015, reduzindo áreas com outros grãos e cereais. Sintetizando: nos Estados Unidos, o etanol encarece o milho, gerando efeito dominó e acelerando a inflação global (Bloomberg, 2008).

No Brasil, também é sentida a concorrência da produção de biocombustível com os grãos para fins alimentícios. Cruz e Scaramuzzo (2008) afirmam que “a disparada nos preços do óleo de soja nos mercados doméstico e internacional deixou de ser uma ameaça para se tornar um obstáculo real ao avanço do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), iniciado em 1º de janeiro. A soja não só aumentou sua competitividade na exportação, como encareceu a produção de combustível alternativo. Das 51 usinas autorizadas a operar no país, pelo menos 30 estão paradas ou com produção esporádica”.

No lado oposto, há estudiosos que alertam para o desequilíbrio na equação oferta/demanda, olhando a elevação dos preços em função de possíveis choques de oferta, retomando a “teoria populacional” de Malthus, e afirmando que é uma espécie de fantasma a assombrar a vida futura das civilizações. Para esses estudiosos, a alta dos preços dos



ACERVO PETROBRÁS

Colheita de mamona na Cooperativa Terra Livre: Upanema, RN; outubro 2005

alimentos poderá durar mais do que o previsto, devido à escassez de água e de terras aráveis. É o que revela recente artigo de Javier Blas, no *Financial Times*, sustentando que os preços, até agora estimulados pelo aumento das demandas nos países emergentes e pela indústria dos biocombustíveis, passarão a ser pressionados por limitações no abastecimento. Pergunta-se: o mercado agrícola está passando por uma mudança estrutural ou cíclica? Mesmo que seja cíclica, o mundo está diante de um longo ciclo de preços altos, como o que vem ocorrendo com o trigo, soja, milho, arroz, carnes, laticínios e ovos. No caso dos grãos e cereais, os estoques estão reduzidos e no patamar mais baixo dos últimos 20 anos.

O choque de oferta viria pelas limitações enfrentadas pela produção agrícola, no médio prazo, sendo que a escassez de água e de terra e a lenta evolução tecnológica da agricultura seriam os pontos-chaves para a produção de alimentos. “A sustentabilidade será, no futuro, definida pela produção de alimentos por área de terra e pela quantidade de água usada, por serem estes fatores óbvios de limitação produtiva. Equilibrar a sustentabilidade ambiental e a necessidade da cada vez maior fome populacional pode se revelar o maior desafio do século 21”. O estudo lembra também que “no último meio século, o mundo tem conseguido ampliar a produção graças à elevação da produtividade, baseada em avanços genéticos, como sementes de cereais resistentes à seca e melhores técnicas, como o uso mais disseminado de irrigação, fertilizantes e pesticidas”.

Porém “os aumentos na produção já se estabilizaram, depois de terem subido de 1,1 t/ha, em 1950, para 2,7 t/ha, em 2000. É inquestionável que as limitações na produção da agricultura estão aumentando”. Alerta-se ainda que “além da escassez de terra, a falta de água poderá representar um problema para a

agricultura. China e Índia, os dois países mais populosos do mundo, seriam forçados a fornecer mais água para suas populações urbanas – que crescem rapidamente – do que para seus agricultores. Da mesma forma, a disponibilidade de água também representaria um desafio para regiões altamente produtivas, como a Califórnia e o sul da Espanha”.

Nessa linha de pensamento do “choque de oferta”, Bourlaug (2004) enfatizou que, para os próximos 25 a 50 anos, “85% das futuras fontes de suprimento mundial de alimentos virão de terras já em produção (uso mais intensivo de tecnologia), e que há um potencial limitado (15%) para expansões de áreas, exceto na América do Sul (por exemplo, os cerrados, no Brasil) e no Subsaara, na África. Porém, os problemas para abertura e expansão da agricultura na África são sérios, visto que há muita erosão, não há estradas (poucos quilômetros pavimentados) e o custo para importar fertilizantes é muito alto, sendo que o agricultor paga cinco vezes mais do que é pago por seus competidores (além de haver várias centenas de tribos, com diferentes tradições e idiomas)”.

Quem tem razão? Os antimalthusianistas ou os neomalthusianos? Choque de demanda ou choque de oferta? Ou ambos, simultaneamente, provocando em um futuro próximo o caos mundial? Pouco importa a divergência entre essas correntes, o fato é que estamos diante de um alerta, de uma luz amarela sinalizando que deve existir uma preocupação mundial com a pesquisa e a investigação da produção de alimentos e energia – diante de uma realidade de bens finitos (terra e água). Exigem-se, prontamente, investimentos maciços em pesquisa e desenvolvimento, em ciência e tecnologia na agricultura, principalmente em biotecnologia, nanotecnologia, bioengenharia, agricultura de precisão, recuperação de áreas degradadas, políticas educacionais e outras inovações voltadas à geração de

conhecimentos poupadores desses bens raros, sem necessariamente obrigar países mais pobres e em desenvolvimento a praticar a destruição de florestas e de *habitats* naturais e exercer pressão sobre suas biodiversidades.

Uma nova “revolução verde” pode estar a caminho, não mais preocupada somente com a produtividade física, mas com a obtenção de ganhos significativos na integração e equilíbrio da produtividade agrosilvopastoril, com sustentabilidade ambiental, visando a minorar a fome, controlar o aquecimento global e buscar a paz universal. Vem à lembrança a reflexão de John Boyd Orr (primeiro diretor geral da FAO, laureado com o Nobel da Paz), citado por Bourlaug (2004): “Não é possível ter paz, quando o estômago está vazio e onde há muita miséria”. 

* **Evaristo Marzabal Neves** é professor do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da USP ESALQ (emneves@esalq.usp.br).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLAS, J. Preço de alimento deve manter alta. *Valor Econômico*, São Paulo, 22 jan. 2008, p. A9 (tradução do *Financial Times*, de Londres).
- BLOOMBERG NEWS. Etanol encarece milho, gera efeito dominó e acelera inflação global. *Valor Econômico*, São Paulo, 22 fev. 2008, p. A16.
- BORLAUG, N. E. *Da revolução verde à revolução dos genes: nosso desafio no século 21*. Palestra proferida no Salão Nobre da ESALQ USP, em fevereiro 2004.
- BOUÇAS, C. Inflação de demanda foi causada por choque de demanda. *Valor Econômico*, São Paulo, 22 fev. 2008, p. A8.
- CRUZ, P.; SCARAMUZZO, M. Soja trava a produção de biodiesel. *Valor Econômico*, São Paulo, 27 fev. 2008, p. B14.
- PINAZZA, L. A. Neomalthusianismo em outras matizes. *Agroanalysis*, São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, v. 27, n. 12, p. 3, dez. 2007.